

Governo obtém superávit primário de R\$ 1,2 bilhão

Resultado de abril faz com que o acumulado do ano supere, em R\$ 1,6 bilhão, a meta acertada no acordo com o FMI

Sheila D'Amorim

● **BRASÍLIA.** O Governo conseguiu apresentar um superávit primário de R\$ 1,2 bilhão em abril. Assim, as receitas ultrapassaram as despesas em R\$ 10,585 bilhões no acumulado do ano. O resultado supera em R\$ 1,61 bilhão o valor projetado no acordo com o Fundo Monetário Internacional para as contas públicas nos primeiros quatro meses do ano. Pela trajetória definida com os técnicos do FMI, o setor público deveria apresentar um superávit primário de R\$ 8,975 bilhões no período.

Déficit nominal de 18,83% do PIB entre janeiro e abril

Os dados divulgados ontem pelo Banco Central incluem o impacto da desvalorização cambial, mas não são metas obrigatórias do acordo. Ao contabilizar as des-

pesas com juros, de R\$ 65,720 bilhões, o resultado do período janeiro/abril se transforma em um déficit (é o conceito nominal) de R\$ 55,135 bilhões — 18,83% do PIB. No mesmo período de 1998, o déficit nominal fora de 6,19% do PIB. No acumulado dos últimos 12 meses terminado em abril, o rombo chegou a R\$ 109,453 bi-

lhões, igual a 12,12% do PIB. Esse desempenho só não foi pior por causa da queda nas taxas de juros e a estabilidade no mercado de câmbio.

— Aos poucos o resultado vai melhorando, perdendo a contaminação da desvalorização e, com isso, voltamos a um patamar mais civilizado — afirmou o chefe

do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

Segundo Lopes, pelo comportamento das contas públicas até agora, o país conseguirá cumprir sem grandes dificuldades o superávit primário de R\$ 12,883 bilhões acertados com o FMI para o período de janeiro a junho.

— Ninguém garante que terá

uma sobra de R\$ 1,6 bilhão no semestre mas não há a menor possibilidade de não cumprirmos a meta. É preciso continuar o esforço fiscal — disse Lopes.

A redução dos juros e a valorização do real em relação ao dólar também influenciaram a dívida líquida total do setor público, que caiu de R\$ 470,492 bilhões, 48,3% do PIB, em março, para R\$ 467,861 bilhões, ou 48,1% do PIB. No acordo com o FMI, o Governo se comprometeu a reduzir essa relação para 46,5% do PIB.

Técnicos do FMI devem ficar no país por mais uma semana

Esses resultados estão sendo analisados pela missão de técnicos do FMI que está no país para redefinir as metas do segundo semestre do ano. Segundo o chefe do Depec, as discussões iniciais para fixar novos parâmetros de

crescimento econômico, comportamento de preços, taxas de juros e câmbio estão em fase final. Entretanto, como os números não estão fechados, a missão do FMI ficará no país mais uma semana.

O ministro interino da Fazenda, Amaury Bier, disse que esse atraso na discussão entre o Governo e o FMI é natural e garantiu que a meta de superávit primário do setor público, de 3,1% do PIB, será cumprida este ano. O ministro interino do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, disse que uma meta tão ousada como a que foi fixada com o FMI não será obtida sem sacrifício. Em abril, os estados registraram receitas superiores a despesas em R\$ 570 milhões, contra R\$ 5 milhões em março. Já as empresas estaduais ficaram com déficit de R\$ 613 milhões. O Governo central garantiu um superávit de R\$ 1,4 bilhão. ■,

O VOCABULÁRIO DAS CONTAS

● **RESULTADO PRIMÁRIO:** Receita menos despesas, sem incluir os gastos com pagamento de juros da dívida interna e externa. Quando a arrecadação é maior do que os gastos, a diferença é usada para cobrir as despesas com juros.

● **RESULTADO NOMINAL:** Inclui

os juros da dívida, corrigida pela variação de inflação e câmbio. No caso brasileiro, o ganho obtido no conceito primário tem desaparecido quando os juros são abatidos.

● **DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO:** Considera todos os compromissos a pagar dentro e

fora do país, já descontados os créditos que a União, estados e municípios têm direito a receber. A dívida interna, por sua vez, é dividida em duas: mobiliária (títulos emitidos e negociados no mercado) e contratual (obrigações que são contratadas por União, estados e municípios).